

1. Introdução

No ano de 1916, o médico Afrânio Peixoto (1876-1947) explicitava na apresentação de seu livro *Minha Terra, Minha Gente* um dos propósitos que o levou a escrever uma obra que faz constante referências ao passado brasileiro: “para educar, isto é, conduzir, socialmente, os futuros brasileiros”.¹ No ano seguinte foi a vez do historiador e professor de História do Colégio Pedro II, José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), na apresentação de sua obra *Nossa Pátria* indicar a quem se direcionava o seu livro recém lançado sobre o passado brasileiro: “este livrinho é feito para a inteligência das crianças e dos homens simples do povo”. Em seguida indicava os objetivos de seu empreendimento: “Nestes dias, que alvorecem tão novos, em que se procura criar o culto da pátria, penso que o primeiro trabalho para isso é fazer a pátria conhecida daqueles que devem amar.”²

Embora tivessem propósitos diferentes nos seus empreendimentos de escrita, as obras de Rocha Pombo e Afrânio Peixoto possuem dois objetivos em comum: primeiro o de fazer essas obras voltadas para o público infantil e não especializado, diferente daquele frequentador das academias; o segundo era apresentar a pátria à nova geração a partir de sua história, com o intuito de formação dessa nova geração. Considerando essas semelhanças, é possível pensar que esses autores estavam contribuindo para um processo de vulgarização do conhecimento histórico, ou seja, tornando o passado brasileiro conhecido por parcela ampla da população.

O estudo da produção e da vulgarização do conhecimento histórico a partir dessas obras pode contribuir para a história da História. Os trabalhos acadêmicos nesse sentido não devem se ater apenas à produção da história feita pelos historiadores e, em sua maior parte, voltada para o público da academia, mas a um conjunto mais amplo de interpretações e representações do passado. Nesse sentido, historiadores de diferentes tradições historiográficas vêm trabalhando, desde o final do século XX, com a categoria de cultura história que, de maneira

¹ PEIXOTO, Afrânio. *Minha Terra, Minha Gente*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. p. 6.

² POMBO, ROCHA. *Nossa Pátria*: narração dos fatos da história do Brasil através de sua evolução com muitas gravuras explicativas. São Paulo / Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1917. p. 4

geral, pode ser definida como a forma pela qual uma sociedade se relaciona com o passado. As ideias e valores que compõem as representações sobre o passado seriam constituídos não apenas pela produção acadêmica da história, mas também por novelas e filmes históricos, revistas de divulgação, livros didáticos, exposições, festas comemorativas, jogos virtuais e outras atividades culturais ou de entretenimento.³

É no campo da investigação e desdobramentos da produção não acadêmica da história que a presente dissertação se insere. Nossa proposta é investigar diferentes formas de representações e usos do passado feitos por livros de leitura no contexto histórico dos anos iniciais do século XX, momento em que a República se consolidara no Brasil. Contexto esse em que as transformações de ordem política e social do final do século XIX como a instauração do governo republicano e abolição da escravidão colocavam novas questões aos homens de letras do período e, conseqüentemente, possibilitavam e demandavam novas representações e usos do passado.

Para análise selecionei três obras de distintos autores: *A Pátria Brasileira* - educação moral e cívica, escrita pela parceria de Coelho Netto (1864-1934) e Olavo Bilac (1865-1918), publicada pela primeira vez em 1909; a obra *Minha Terra, Minha Gente* de Afrânio Peixoto, publicada em 1916; e *Nossa Pátria* de Rocha Pombo, cuja primeira edição feita por Weiszflog Irmãos data de 1917.⁴

O que levaria autores, não necessariamente historiadores de formação, escreverem sobre o passado brasileiro? Quais as diferenças entre as propostas de escritas da história desses autores? Quais os elementos predominantes nessas escritas? Em que medida as representações do passado de cada um desses trabalhos compõe ou contribui para a formação de uma cultura histórica? Essas questões serão mais

³Ver entre outros, MARCOS, Fernando Sanchez. “Cultura Histórica”. In, www.culturahistorica.es. Disponível em: 25/01/2013. RÜSEN, Jörn. RÜSEN, Jörn. “Que es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia.” In, <http://www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html> (2009) [Original alemão em K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26]. LE GOFF, Jacques. LE GOFF, Jacques. “História”. In, *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1, Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. Pp. 158-259.

⁴ Em função da dificuldade de acesso a esses materiais só utilizei a primeira edição no caso da obra do Afrânio Peixoto, nas demais a primeira edição foi consultada na Biblioteca Nacional, onde pude tirar fotos e cópias parciais dessas obras, para a análise do texto e citações fiz uso de edições posteriores. Da obra de Rocha Pombo utilizei a 84ª edição, editada pela Melhoramentos em 1965. Já da obra a Pátria Brasileira fiz uso da 27ª edição de 1940 editada ainda pela Francisco Alves.

bem elucidadas durante a dissertação, mas antes disso é preciso explicitar algumas discussões que envolvem esse objeto de estudo.

1.1. Livros de leitura e a pesquisa acadêmica

A fonte principal de análise da presente pesquisa são materiais didáticos que se convencionou chamar de livros de leitura. Mas afinal, o que vem a ser um livro de leitura? O que os distingue de outras produções didáticas?

Alguns estudiosos da área no Brasil já se dedicaram à análise desse tipo de material e se esforçaram por definir ou categorizar obras didáticas como livros de leitura. Para Circe Bittencourt, o livro de leitura aparece diretamente relacionado com os anos iniciais da vida escolar, que durante o século XIX passava por um processo de formação e recebia diversas definições tais como: estudo de primeiras letras, ensino elementar, primeiro grau de ensino, ensino popular ou ensino primário.⁵ Os livros de leitura era o material didático utilizado para esse nível de ensino, normalmente tratavam de diversos temas, deveriam despertar nas crianças o gosto pela leitura e ensinar os princípios cívicos e morais necessários a sua formação, enquanto que no ensino secundário era comum o uso de compêndios que tinham uma proposta didática diferente.

Leonardo Arroyo, estudioso desse tipo de material, destaca a dificuldade de se separar com clareza “os livros de entretenimento puro e o de leitura para aquisição de conhecimentos e estudos nas escolas.”⁶ Essas pesquisas mostram que devido a parca produção desse tipo de livro, principalmente no século XIX, eram utilizadas obras como a de Camões ou a Bíblia para as crianças fazerem seus primeiros estudos de letras. Somente a partir da década de 1870 e com mais intensidade no início do século XX são produzidos livros de leitura voltados especificamente para as crianças, uma das características marcantes dos livros de leitura. Outro aspecto dessas obras é que seu uso não deveria ser restrito ao espaço escolar, os alunos deveriam levar as obras para casa e se possível ler em família. Não havia um modelo de livro de leitura; as formas como as lições eram apresentadas variavam de acordo com as propostas dos autores.

⁵ BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Minas Gerais: Melhoramentos, 2003. p. 33-37.

⁶ ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. p. 93.

Os livros de leitura são materiais ricos de informações se pensados em suas múltiplas dimensões: conteúdo, imagens, materialidade, usos por alunos e professores. Eles servem como fonte para pensar diversas questões a respeito do período em que foram produzidos, das visões de mundo e valores dos autores. São importantes fontes para as pesquisas em história da educação, contribuem para as reflexões sobre a formação das disciplinas escolares, servem para se pensar o contexto social e político do período etc.

Acredito que seus textos repletos de conteúdos ideológicos e escolhas deliberadas dos autores sobre determinados temas a serem tratados, representam as disputas entre diferentes visões de mundo compartilhadas no período em que foram escritos. Por esses motivos, tal material já foi objeto de estudo de diferentes trabalhos acadêmicos em Ciências Sociais, História e História da Educação. Vejamos agora algumas abordagens acadêmicas feitas a respeito dos livros de leitura.

Ao analisar o livro de leitura *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, André Botelho, em sua obra *Aprendizado do Brasil*⁷ dá atenção especial à questão da formação da identidade nacional. Segundo ele, os intelectuais do período estavam imbuídos da ideologia da educação como redenção do atraso brasileiro; assim, ela assumiria um lugar central para esses intelectuais preocupados com a re formação moral e cívica da sociedade.⁸ A atenção dada à educação e à produção de livros de leitura não se restringia apenas ao aprendizado escolar, mas eram os recursos sociais para proporcionar aos indivíduos e grupos sociais o tipo de formação requerida pelas transformações que a sociedade brasileira passava. Para Botelho havia três elementos fundamentais do contexto social de onde era produzido *Através do Brasil*: a República, a Abolição e a tensão entre regional e nacional. O autor conclui que o livro de leitura analisado oferecia um sentido para a formação de uma cultura padronizada como base de legitimidade política do Estado-nação que se construía.⁹

A tese de Patrícia Hansen, defendida na Universidade de São Paulo em 2007 com o título *Brasil, um país novo*, analisa a construção de um ideal de

⁷ Essa obra tem sua origem na dissertação de mestrado do autor, cujo título era *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*, defendida em 1997 na UNICAMP. Usei como referência na pesquisa a obra. Ver: *Aprendizado do Brasil: A nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

⁸ Idem. p. 23.

⁹ Idem.. p. 159.

infância brasileira em textos produzidos no Brasil, entre a Proclamação da República e o início dos anos vinte, que se destacam no conjunto da literatura infantil por assumir uma feição cívico-pedagógica. Nessa perspectiva são analisados alguns livros de leitura. Ela compreende esses textos enquanto projeto, pois eles permitem entender a percepção que esses intelectuais tinham dos problemas nacionais e as soluções possíveis para realizar o destino do Brasil. Para Hansen as crianças transformam-se em objetos e sujeitos desses projetos, uma vez que elas adquirem maior valor na sociedade e na família, onde passam a ser o centro e a vitrine de um projeto de uma sociedade moderna e civilizada, mostrando seu grau de adequação ao novo modelo de civilidade que está sendo posto após a Proclamação da República e a abolição da escravidão. Para validar o papel de sujeitos dessas crianças a autora, no final de sua tese, dá voz às crianças a partir de textos escritos por elas e publicados na revista *O Tico-Tico*, que oferecia uma seção exclusiva para isso. Hansen destaca dois limites para a autonomia desses textos: primeiro, eles passavam por uma censura da revista que só tinha interesse em publicar textos que estivessem de acordo com os ideais de infância propostos pelos projetos cívicos patrióticos; segundo que as crianças querendo ter seus textos publicados, norteavam sua escrita por aquilo que agradasse aos adultos. Mesmo com tais limites dessa fonte, Hansen afirma que tais textos transformavam as crianças alfabetizadas em co-autoras desse nacionalismo e reforçava o seu papel de agente dentro do projeto cívico patriótico.

Na tese de Ricardo Oriá Fernandes defendida em 2009 e intitulada *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História (1934-1961)*, o autor propõe uma análise do ensino de História na escola primária entre as décadas de 1930 e 1960 tomando como referência principal os textos de Viriato Corrêa que podem ser entendidos como um livro de leitura. Sua fonte principal é o livro *História do Brasil para crianças* publicado em 1934. Num recorte temporal que vai além daquele proposto na minha pesquisa, o trabalho de Fernandes pode servir de reflexão na medida em que trabalha com a ideia de uma história a ser ensinada à infância brasileira. Para isso ele faz uma contextualização dos livros didáticos no Brasil voltados para a primeira infância ao fazer uma história desse gênero didático até a produção de Viriato Corrêa. Para ele a produção didática voltada ao ensino de história para as crianças no ensino primário é marcada pelo ufanismo patriótico que teria sua gênese com a obra do

conde de Afonso Celso *Porque me ufano de meu país* de 1900 e incluiria obras como *Contos Pátrios* (1904) e *A Pátria Brasileira* (1909) da dupla Coelho Netto e Olavo Bilac.¹⁰

A produção acadêmica mais recente que trata dos livros de leitura nos anos iniciais do século XX é enriquecida ainda com as dissertações de Karla Goulart Silva¹¹ e Alexsandro Santos¹², ambas defendidas em 2010. Santos procura pensar o livro didático de leitura como um produto cultural e um dos dispositivos acionados pelo Estado para a produção e disseminação de uma seleção cultural que, entre outras coisas, assinala memórias e identidades consideradas legítimas para a nação. O autor centra-se na análise de duas obras da parceria de Olavo Bilac e Manoel Bomfim: *Prática de Língua Portuguesa: Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1899) e *Através do Brasil* (1910). O autor faz uso de três eixos de análise: redes de sociabilidade que envolve a produção dessas obras como autores, editores e trabalhadores; inscrição na história das edições didáticas; e os projetos de nacionalidade / narrativas de “Nação” e “Povo Brasileiro” que compõem a tessitura e os conteúdos apresentados nas obras.

Karla Goulart Silva faz uma seleção numericamente mais ambiciosa de livros de leitura para sua análise, entre elas encontra-se *Nossa Pátria* de Rocha Pombo.¹³ A questão central da autora diz respeito ao papel cumprido pelos livros de leitura diante dos nacionalismos desenvolvidos durante a Primeira República no Brasil. Ela analisa os livros de leitura a partir de duas temáticas recorrentes nessas obras: os temas de viagem e a ideia de progresso.

Fazendo uma rápida apresentação dos trabalhos acima citados que utilizam os livros de leitura como fonte principal para pensar as mais diversas questões, é

¹⁰ Essa contextualização se encontra na primeira parte da tese intitulada “A literatura escolar para a infância brasileira: livros de leitura e ensino de história.” Ver.: FERNANDES, Ricardo Oriá. *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o ensino de História* (1934-1961). Tese de doutorado defendido no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

¹¹ SILVA, Karla Goularte da. *Os nacionalismos nos livros de leitura da Primeira República (1889-1930)*. Mestrado em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2010.

¹² SANTOS, Alexsandro do Nascimento. *Pátria, nação e povo brasileiro na produção didática de Manoel Bomfim e Olavo Bilac: Livro de Leitura* (1899) e *Através do Brasil* (1910). Mestrado em Educação pela PUC-São Paulo. São Paulo, 2010.

¹³ A autora trabalha com os seguintes livros de leitura do período: *Porque me ufano de meu país* (1900) Afonso Celso, *Contos Pátrios* (1904) Olavo Bilac e Coelho Netto, *História de Nossa Pátria* (1907) Júlia Lopes de Almeida, *Segundo livro de leituras morais e instrutivas* (1908) João Köpke e *Através do Brasil* (1910) Olavo Bilac e Manoel Bomfim.

possível perceber que alguns temas e concepções são recorrentes: os livros de leitura possuem, no contexto em que foram produzidos, um papel de destaque na formação do cidadão; a relação direta entre livros de leitura a propagação do nacionalismo patriótico do período; a ideia de que os letrados que produziam livros de leitura compartilhavam o ideário da educação como redenção nacional. De todos esses trabalhos o único com a preocupação de pensar a formação do conhecimento histórico a partir desses livros de leitura foi o do Oriá Fernandes,¹⁴ entretanto, o mesmo dá uma atenção especial ao ensino de história voltados para crianças a partir da década de 1930. É possível perceber também uma recorrente repetição das obras que são analisadas e algumas que são praticamente unanimidade ao se analisar os livros de leitura do período, como é o caso de *Através do Brasil*.

O que distingue o presente trabalho dos demais é a análise dos livros de leitura a partir da forma como eles se inserem na formação de uma cultura histórica nos anos iniciais do século XX no Brasil. Acredito que o presente trabalho contribui com as pesquisas que pensam o papel do livro de leitura na formação de uma história a ser ensinada às crianças e com a história da história do Brasil no período reestudado.

No início do século XX, a partir das pesquisas já realizadas, é possível afirmar que a produção de livros de leitura foi vasta. Muitos desses materiais didáticos, diferentemente dos que analiso aqui caracterizavam-se por ter uma proposta interdisciplinar, ou seja, no mesmo livro os alunos aprenderiam disciplinas como português, história, geografia, ciências físicas e naturais, civismo etc. A quantidade de produção de obras didáticas nesse período é constantemente relacionada com a preocupação de alguns setores da sociedade com a educação do povo brasileiro, no contexto histórico dos anos pós abolição da escravidão e instalação de um novo regime de governo, temas como a formação do cidadão passam a integrar a pauta do debate político, acadêmico e social da época.

A educação aparece como uma das grandes bandeiras que empolgou os homens das letras e os levou a produzir livros didáticos para serem utilizados nas escolas, assumirem cargos públicos ligados à educação e produzirem um vasto material de reflexão sobre a educação, nesse último caso podemos citar a obra *A*

¹⁴ Patrícia Hansen dedica um breve trecho de sua tese para discutir a questão do uso do passado, mas se restringe a pensar como essa é instrumentalizada para reforçar o patriotismo nas crianças.

Educação Nacional de José Veríssimo, publicada em 1890. Essa vasta produção teria colocado tais intelectuais num plano de militância ativa em torno dos problemas que afligiam sua época. Sendo essa uma produção voltada para um público mais amplo, distingue-se da produção acadêmica desses intelectuais, dita elitista.¹⁵

No campo institucional é possível citar uma série de reformas educacionais que ocorreram no período: Reforma Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901), Rivadavia Correa (1911), João Luíz Alves (1925).¹⁶ Essas reformas representam a preocupação do governo com a institucionalização e organização do ensino primário, secundário e superior no momento de implantação e consolidação do novo regime.

Os autores estudados no presente trabalho fazem parte de um grupo de intelectuais que viam na educação um poderoso instrumento de transformação social.¹⁷ A crença na mudança da realidade social brasileira através da educação mobilizou a escrita de livros didáticos, livros de leitura e uma vasta literatura para a infância. Envolveu intelectuais como: Silvio Romero, João Ribeiro, Olavo Bilac, Coelho Netto, Manoel Bomfim, Júlia Lopes de Almeida, Rocha Pombo, Afrânio Peixoto entre vários outros. Muitos desses intelectuais escreveram suas obras em parceria, como é o caso de *A Pátria Brasileira* já citada e da obra *Através do Brasil*, escrito em 1910 por Manoel Bomfim e Olavo Bilac. Esses autores dedicaram-se à educação motivados por um “otimismo pedagógico” e pela fé no poder do conhecimento e no engrandecimento moral do indivíduo pela educação.¹⁸

¹⁵ Ver, LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982. p. 15.

¹⁶ Essas reformas foram elaboradas por decretos, leis e códigos que pretendiam organizar o ensino no Brasil e recebem o nome do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ministério responsável pela administração do ensino público antes da criação do Ministério da Educação em 1930. Todas as leis citadas no texto encontram-se disponíveis no endereço:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas_primeira_republica.html Acessado em: 25 de novembro de 2013.

¹⁷ Carolina Viana Dantas discordando das teses que minimizavam a participação política desses intelectuais, por não apresentarem um projeto político formal, afirma que suas formas de ação pública e política eram feitas por outros meios tais como colaboração em periódicos, a expressão de ideias pelo humor, atuação em cargos públicos, a escrita de manuais didáticos ou livros de leitura. Ver, DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil café com leite: Mestiçagem e identidade nacional em periódicos, Rio de Janeiro, 1903-1914*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010. p. 96.

¹⁸ Ver, OLIVA, Terezinha Alves. SANTOS, Claudfranklin Monteiro. As multifaces de “Através do Brasil”. In, *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 24, nº48, 2004. p. 104.

Somando-se a esse entusiasmo pela educação os autores foram motivados também pelo patriotismo. Como nos informa Rocha Pombo na apresentação de *Nossa Pátria* o propósito central de seu livro é tornar a pátria conhecida por quem a deve amar. Em seguida ele afirma que fixar o passado nacional “na alma das gerações, é, pois, o processo mais prático e seguro de nela criar e nutrir o sentimento da pátria.”¹⁹ Nas palavras finais de *A Pátria Brasileira*, Olavo Bilac e Coelho Netto reafirmam o propósito patriota da obra ao delinearem seus objetivos - “principal intuito é despertar nas almas jovens o amor da pátria.”²⁰

Ao analisar essa vasta produção de livros de leitura é possível perceber que não havia uma unidade na forma e no estilo de se escrever essas obras. Consegui fazer uma distinção de três gêneros diferentes de livros de leitura: o primeiro grupo é formado por obras que juntavam ficção e realidade na sua narrativa. Dessas podemos citar: *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, publicada em 1910; *Histórias da nossa terra* de Júlia Lopes de Almeida, publicado em 1907. E duas obras da parceria de Olavo Bilac e Coelho Netto *A Terra Fluminense* de 1898 e *Contos Pátrios* de 1904.

A segunda classificação seria formada pelos livros de leitura que possuem um conteúdo e uma narrativa diretamente voltada para a história do Brasil. Nesses livros a intenção é fazer uma síntese de toda a história da pátria capaz de ser compreendida pela infância. Embora tenham o foco voltado para o passado brasileiro, essas obras ainda são diferentes daquelas voltadas para o ensino de história, comprometidas com um viés mais tradicional e um quadro temático congelado numa cronologia. Já os livros de leitura faziam recortes específicos de temas do passado para atender, por vezes, a demanda cívico patriótica e para tornar a leitura mais acessível e interessante aos pequenos leitores, os autores em alguns casos, uniam história e fantasia.²¹ As obras escolhidas como fontes principais para análise nesse trabalho são os melhores exemplos dessa categoria.

O terceiro grupo é formado pelos livros de leitura que eram manuais de moral e civismo e tinham por característica comum o catecismo cívico, chegando, em alguns casos, a constituir um ritual de veneração à pátria. Desse gênero foram

¹⁹ POMBO, Rocha. Op. Cit. p. 6.

²⁰ BILAC, Olavo, NETTO, Coelho. *A Pátria Brasileira: Educação moral e cívica* (Para os alunos das Escolas Primárias). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1940. 27ª edição. p. 284.

²¹ HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: SP, USP, 2007. p. 141-142.

encontradas três obras que se destacam por essas características: *Breviário Cívico* de Coelho Netto, publicado em 1921; *Catecismo Cívico* de Augusto Mario Caldeira Brant de 1921 e *Brasil! Diurnal Cívico* de Joaquim Luís Osório publicado em 1920.

A escolha pelos livros do segundo grupo para a análise desse trabalho foi feita pelo fato deles tratarem de forma direta da história do Brasil, ao mesmo tempo que fogem dos tradicionalismos dos livros voltados ao ensino de história. Assim, essas são as obras que melhor respondem uma das questões centrais da pesquisa: como esses livros de leitura, com pretensão de vulgarização do conhecimento histórico, são formados e formadores de uma cultura histórica no período?

1.2. Cultura histórica e livros de leitura

O recorte para analisar os livros de leitura no presente trabalho é a relação que eles estabelecem com o passado nacional. Para pensar essa relação acredito que seja profícua a utilização da categoria cultura histórica, que abrange a relação com o passado para além da produção profissional da história e pensa outros produtos que estabelecem relação com o tempo ou promovem usos do passado. A categoria cultura histórica vem sendo estudada por diferentes historiadores desde o final do século passado. O que pretendo abordar aqui são algumas das possíveis definições de cultura histórica e problematizar o seu uso para se pensar as abordagens do passado feitas pelos livros de leitura e destacar os elementos necessários para minha análise.

Jacques Le Goff em seu verbete “História” da *Enciclopédia Einaudi* dedica a segunda parte para tratar da relação dos homens com o passado. Essa relação é nomeada por ele de mentalidade história ou cultura histórica, termo utilizado pelo medievalista Bernard Guenée em 1980 para pensar a reunião da bagagem profissional do historiador, a sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores. Para Le Goff cultura histórica é mais do que isso, soma-se a ela a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado.²² Para ele “a história da história não deve se preocupar

²² LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* p. 178.

apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época.”²³ Nessa última passagem ele tenta evidenciar que a cultura histórica trata de algo que vai além da produção historiográfica.

A história teria, para ele, a necessidade de vulgarização, ou seja, atingir um público mais amplo que dos historiadores, esses por sua vez nem sempre se sentem preparados para exercer a função de vulgarizador ao mesmo tempo em que “as novas mídias multiplicam a necessidade e as ocasiões para existirem mediadores semiprofissionais.”²⁴ Em linhas gerais, para Le Goff, cultura histórica seria a relação estabelecida dos homens com o passado – que em si não é história, mas um objeto da história assim como a memória. Essa relação não é monopólio dos historiadores e não é veiculada apenas pelos trabalhos acadêmicos de história, mas por diversos outros meios como romances históricos, filmes e manuais didáticos, esses últimos destacados pelo autor como um aspecto privilegiado para o estudo da cultura histórica.

Outro aspecto da cultura histórica que é destacado por Le Goff é que ela não se restringe apenas a relação dos homens com o passado ou com a memória. Para ele a história é a ciência do tempo, assim, a cultura histórica estaria ligada com as diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento fundamental da “aparelhagem mental dos seus historiadores.”²⁵ Assim, ter uma percepção de tempo cíclico ou linear faz parte da mentalidade histórica de uma sociedade que tem influência inclusive sobre a produção profissional do conhecimento histórico.

Para o teórico da História alemão Jörn Rüsen, não há uma cultura histórica que faz parte da mentalidade coletiva de uma sociedade. Ela é a operação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade. Para ele a consciência histórica é uma operação mental com a qual os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmo.²⁶ Assim, a cultura histórica seria uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo,

²³ *Idem.* p. 179.

²⁴ *Idem.* p. 180.

²⁵ *Idem.* p. 181.

²⁶ RÜSEN, Jörn. “Pragmática – a construção do pensamento histórico na vida prática”. In, *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UNB, 2001. p. 57.

aquilo que resulta em algo como a história enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida da orientação e determinação da finalidade.

A cultura histórica é, portanto, “a memória histórica exercida em e pela consciência histórica, que se nota ao sujeito uma orientação temporal a sua práxis vital, enquanto lhe oferece uma direção para atuação e uma auto compreensão de si.”²⁷ É o entrelaçamento entre a interpretação do passado, compreensão do presente e a perspectiva de futuro. Para ele a cultura histórica, não é algo unitário, mas caracteriza o papel da memória histórica no espaço público. Assim, a partir das reflexões de Rüsen é possível pensar na existência de culturas históricas coexistindo numa mesma sociedade. Portanto, a ideia de cultura histórica como uma mentalidade coletiva proposta por Le Goff pode ser posta em questão.

Partindo das reflexões de Rüsen, Fernando Sanchez Marcos afirma que a cultura histórica não é um sistema bruto de representações do passado. É um processo dinâmico de diálogo social, por ele se discutem, negociam e difundem interpretações do passado. Abarca múltiplas narrativas e distintos enfoques que lutam para se impor socialmente. Nos debates sociais pelo passado está em jogo a auto compreensão da comunidade no presente e suas projeções para o futuro.²⁸

Nas três obras em que trabalho é possível perceber justamente essa diversidade, ou podemos dizer, disputas sobre as representações do passado. Assim, a cultura histórica seria formada justamente da disputa, do confronto entre diferentes interpretações do passado e conseqüentemente, posicionamentos sociais.

A cultura histórica não é um dado criado pelos autores dos livros de leitura. Na verdade, para fazerem uso do passado histórico da pátria eles fizeram uso seletivamente de um repertório de elementos que estavam histórico e culturalmente disponíveis naquele momento. Assim, utilizando as reflexões de Carlo Ginzburg, é possível pensar a cultura histórica produzida por esses intelectuais dentro de um “horizonte de possibilidades latentes”.²⁹ Portanto, entendo que os livros de leitura são escritos a partir de uma cultura histórica que

²⁷ RÜSEN, Jörn. *Op. Cit.* p. 12.

²⁸ VER, MARCOS, Fernando Sanchez. *Op. Cit.* www.culturahistorica.es Acessado em 25/01/2013.

²⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 20.

envolve a experiência desses autores, ao mesmo tempo em que eles estão atualizando a cultura histórica do período com seus textos.

Partindo dessa reflexão a respeito da categoria cultura histórica, como devemos proceder para pensá-la com relação aos livros de leitura do início do século XX no Brasil? Para se pensar na constituição de uma cultura histórica a partir dos livros de leitura e entendê-la como uma confluência de representações e seleções de temas distintos do passado é necessário pensar a especificidade desse material, qual a sua abrangência e utilização, a qual grupo se direcionava, qual era a proposta de cada autor ao escrever sua obra e fazer uso do passado nela. É importante destacar ainda o papel desses autores na sociedade e o da obra estudada dentro do conjunto de produção de cada autor. Além das condições de produção do autor é indispensável levar em consideração as condições de publicação da obra, quais editoras publicavam essas obras, qual o formato desses textos e qual a importância dessas publicações para o mercado editorial da época. Para complementar os elementos externos a obra é importante pensar também o contexto histórico em que essas publicações se inserem e o meio sociocultural que envolvem essas publicações.

A análise interna das obras deve se ater não só aos seus conteúdos e elementos que destacam da história, mas também aos seus padrões narrativos, como que a forma como o texto é apresentado influi na constituição do conteúdo e conseqüentemente na cultura histórica que está sendo elaborada.³⁰ Mapear os personagens, os eventos e os principais temas do passado trabalhados pelos autores que contribuem para a constituição dessas culturas históricas. Como esses elementos foram tratados de formas diversas pelos autores e geraram representações do passado brasileiro que entraram em disputa nos anos iniciais do período republicano no Brasil. Na soma dos elementos externos e internos à obra é que será possível perceber os traços que compõem essas culturas históricas.

A hipótese central que levantamos a partir da análise dessas obras é que as representações e usos do passado nacional nos livros de leitura produzidos na virada do século XIX para o XX fazem parte de uma cultura histórica existente no

³⁰ Segundo Rüsen, as interpretações do passado, compreensão do presente e perspectiva de futuro não ocorrem exclusivamente por meio da narrativa, mas também através de imagens e símbolos que são transmissores de significados e geradores de sentido na interpretação temporal. P. 11.

período. Essa cultura história é ao mesmo tempo formada por esses livros e formadora de seus conteúdos

Dividi a dissertação em três capítulos. No primeiro pretendo pensar as condições de produção desses livros de leitura, autoria, edição e editores, ou seja, suas dimensões externas. Pretendo tratar também da materialidade do livro, dimensões, capa etc. No segundo capítulo trato dos elementos internos do texto, seu conteúdo mais estrito. Destaco os temas que são trabalhados pelos autores, as abordagens e representações eles fazem do passado histórico brasileiro. Procuo fazer sempre uma análise comparativa entre os três textos. No terceiro e último capítulo procuro pensar as concepções de temporalidades que são construídas por esses autores e refletir sobre os aspectos pedagógicos da história dentro dos livros de leitura.